

# O legado de Betty Meggers na constituição de acervos museológicos no Brasil

Mariana Moraes de Oliveira Sombrio<sup>\*</sup>  
Camilo de Mello Vasconcellos<sup>\*\*</sup>

Recebido em: 23/05/2018  
Aprovado em: 25/05/2018

---

\* Pesquisadora de pós-doutorado bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp processo nº 2016/22452-9) no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marisombrio@gmail.com.

\*\* Docente do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. E-mail: cmvasco@usp.br.

## **Resumo**

A Arqueologia se desenvolveu no Brasil no interior dos museus de história natural do século XIX, e esteve fortemente associada a esses espaços até meados do século XX. As pesquisas arqueológicas se desenvolviam especialmente nas três grandes instituições museológicas de perfil naturalista: Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista. Neste artigo abordamos as coleções reunidas pela arqueóloga Betty Meggers (1921-2012) sobre o Brasil, os trânsitos e as características desses conjuntos materiais, bem como as redes de relações estabelecidas por Meggers que possibilitaram suas expedições. Explicitamos aqui uma primeira observação sobre os critérios de divisão, documentação, organização e trabalho com essas coleções particularmente em dois museus, o do Rio de Janeiro e o Emílio Goeldi, e também as relações institucionais que na época levaram a essa distribuição das coleções.

## **Palavras-chave**

Betty Meggers; coleções; Arqueologia; Brasil; museus

## **Abstract**

Archaeology developed in Brazil inside natural history museums in the nineteenth century and was strongly associated with these spaces until the mid-twentieth century. Archaeological researches were conducted especially in the three major Brazilian museums with a naturalistic profile: Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Paraense Emílio Goeldi and Museu Paulista. In this study, we discuss the collections gathered by the archaeologist Betty Meggers (1921-2012) in Brazil, the displacements and characteristics of these material sets and the networks established by Meggers, which allowed the accomplishment of her expeditions. We throw a first glance over the criteria of division, registration, organization and work with these collections in two museums in particular, Museu Nacional do Rio de Janeiro and Museu Paraense Emílio Goeldi, as well as we investigate the institutional relations that led to this distribution of collections at the time.

## **Keywords**

Betty Meggers; collections; archaeology; Brazil; museums.

## Introdução

A prática da Arqueologia no Brasil sempre esteve relacionada ao universo dos museus, sobretudo vinculada à tradição dos museus de história natural. A história dessa disciplina, em boa parte voltada para os estudos da ocupação do território brasileiro no período pré-colonial, nos levou a confrontar distintas formas de aproximação ou rejeição das sociedades indígenas na conformação do nosso passado e também do presente, afinal, a memória que a Arqueologia recupera é trazida à luz pelas questões do presente.

Acrescente-se a isso a pouca monumentalidade do patrimônio arqueológico no país quando comparado com aqueles de colonização espanhola, como México e Peru, onde os artefatos e edifícios das antigas culturas pré-hispânicas são uma constante referência para a população atual. Aliás, nesses países a Arqueologia serviu de base para diferentes projetos políticos de conformação de identidades nacionais amplamente assentados em bases nacionalistas.

No Brasil, ao contrário, a Arqueologia – mesmo com todo o avanço teórico e relevância alcançada nos últimos vinte anos – segue como prática acadêmica apartada da maioria da população. Ressalta-se ainda que, em sua trajetória histórica, a Arqueologia se desenvolveu no interior dos museus desde o século XIX até aproximadamente a década de 1950.

As pesquisas arqueológicas que se desenvolviam nas três grandes instituições museológicas de perfil naturalista do século XIX, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém e o Museu Paulista, estavam baseadas nos princípios científicos provenientes do evolucionismo e do positivismo.

Segundo Barreto,<sup>1</sup> tanto a Arqueologia como a Etnologia constituíam áreas secundárias da história natural, em que prevaleciam a Botânica, a Zoologia e a Geologia. Nesse contexto, as pesquisas de Arqueologia eram influenciadas pela Antropologia Biológica, com estudos craniométricos e aqueles referentes à origem racial das populações indígenas brasileiras ocupando o centro das discussões e dos artigos publicados nas revistas dessas instituições.

Neste sentido podemos citar a atuação do primeiro arqueólogo do Museu Nacional, Ladislau Netto, que publicou em 1885 a primeira síntese da Arqueologia do país, intitulada *Investigações sobre a archeologia brasileira*, que chegou a abordar

temas referentes aos sítios sambaquieiros e à origem da cultura marajoara, dentre outros.<sup>2</sup>

Já no Museu Paulista, o zoólogo Hermann von Ihering, publicou entre os anos de 1885 e 1908 mais de vinte artigos sobre Arqueologia brasileira, na obra intitulada *Archeologia comparativa do Brasil*,<sup>3</sup> versando sobre a origem dos sambaquis e outros temas que foram alvo de reações contrárias de muitos intelectuais brasileiros da época, por seus posicionamentos eurocêtricos e bastante polêmicos sobre a questão indígena.<sup>4</sup>

Ainda durante o século XIX, a Arqueologia no Museu Paraense Emílio Goeldi teve importância considerável se levarmos em conta a localização dessa instituição para expedições de pesquisa na região amazônica e também as publicações – todas de autores estrangeiros – a respeito da origem do homem americano.

É importante ressaltar que as pesquisas arqueológicas nessa época, mesmo que vinculadas à tradição das ciências naturais, estavam divorciadas da pesquisa antropológica e majoritariamente reservadas a autores estrangeiros.

Com a superação da teoria evolucionista e o surgimento de outras escolas antropológicas, como o difusionismo e o funcionalismo, além do advento das universidades brasileiras a partir dos anos 1930, a pesquisa antropológica passou a ser realizada nos departamentos de ensino dessas instituições. Por isso, tanto os museus como as pesquisas arqueológicas desenvolvidas neles começaram a cair no ostracismo.

É preciso salientar que, de maneira peculiar quando comparada a outras áreas de conhecimento das Ciências Sociais no Brasil, a Arqueologia passou a ser ensinada em poucas universidades em nível de pós-graduação, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Isso não se deveu a um projeto acadêmico solidamente ancorado em questões teóricas, mas sim a campanhas preservacionistas promovidas por alguns intelectuais, como Paulo Duarte em São Paulo e Luís de Castro Faria no Rio de Janeiro, ambos preocupados com a destruição dos sítios arqueológicos no país.

Com o avanço da pesquisa antropológica e a estagnação da arqueológica, como já mencionado, a vinda de arqueólogos estrangeiros, especialmente franceses e norte-americanos, acabou marcando a constituição da disciplina no país. Esses profissionais passaram a formar e influenciar uma nova geração de arqueólogos, que vêm atuando até os dias atuais.

Esse legado é melhor aprofundado quando consideramos o papel exercido pela arqueóloga norte-americana Betty Jane Meggers (1921-2012), como veremos.

## **A passagem de Betty Meggers pelos museus brasileiros**

A partir de um olhar inicial sobre as coleções reunidas pela arqueóloga Betty Meggers, buscamos difundir aqui o conhecimento dos acervos constituídos por essa importante e controversa personagem da história da arqueologia brasileira, responsável por reunir coleções do passado pré-colonial do país, propor interpretações e produzir teorias que visavam compreender sistemas de ocupações pré-históricas e intercâmbios culturais. Ao evidenciar esses vestígios arqueológicos, objetivamos também elucidar um contexto de indicadores de memória presentes em acervos de museus nacionais.<sup>5</sup>

Expomos aqui uma primeira observação sobre os critérios de divisão, documentação, organização e trabalho com essas coleções em dois museus, o Nacional do Rio de Janeiro e o Paraense Emílio Goeldi, assim como as relações institucionais que na época levaram a essa distribuição a partir das conexões estabelecidas por Betty Meggers com pesquisadores brasileiros. Nosso interesse é levantar aspectos históricos sobre a formação dessas coleções, com ênfase nos trânsitos, itinerários e nas relações envolvidas na circulação desses objetos.

Betty Meggers veio pela primeira vez ao Brasil entre os anos 1948 e 1949, a fim de realizar expedições arqueológicas na região do Baixo Amazonas. Veio acompanhada por seu marido, também arqueólogo, Clifford Evans. Naquele momento ambos desenvolviam teses de doutorado na Universidade de Columbia, Estados Unidos. Em 1950, após regressarem dessa expedição, se tornaram pesquisadores do Instituto Smithsonian, em Washington (DC). Pioneira no campo da arqueologia amazônica, Meggers contribuiu para definir as primeiras culturas arqueológicas da Amazônia, propôs uma cronologia da ocupação pré-colonial da região<sup>6</sup> e abriu caminho para muitas pesquisas sobre culturas pré-coloniais da América Latina.

Betty Meggers e Clifford Evans chegaram inicialmente no Rio de Janeiro, onde foram recepcionados pela antropóloga Heloísa Alberto Torres, que lhes abriu as portas do Museu Nacional. Na época, os arranjos necessários a uma viagem de pesquisa como essa eram mais demorados e difíceis. O apoio de uma instituição nacional poderia definir a qualidade da pesquisa e viabilizar a expedição no país. Dona Heloísa, como era conhecida a então diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, cargo que exerceu entre 1937 e 1955, foi quem proporcionou aos visitantes a pesquisa de campo sob os auspícios do Museu Nacional, o que facilitaria enormemente a viagem e o alinhamento

com as instituições fiscalizadoras da época, como o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFE).<sup>7</sup>

Além de prover o apoio institucional necessário, dona Heloísa compartilhou com os pesquisadores seus conhecimentos sobre a Ilha de Marajó, para onde já havia realizado uma excursão em 1930 a fim de desenvolver pesquisas de campo, tendo escavado no lado norte da ilha. A relação de Betty Meggers e Clifford Evans com o CFE e com o Museu Nacional do Rio de Janeiro foi toda intermediada por Heloísa Alberto Torres. No dossiê do CFE referente à expedição do casal não constam certificados de concessão da licença nem relatórios da expedição, exigências do órgão a todos os viajantes que pediam autorização para realizar expedições. O que permaneceu no arquivo foram dois ofícios de Heloísa Alberto Torres: o primeiro informava que o casal de arqueólogos iniciaria as pesquisas na região amazônica em 1º de julho daquele ano (1948) e que as atividades seriam feitas em colaboração com o Museu Nacional, onde ficariam as coleções reunidas durante a expedição.<sup>8</sup>

Alguns meses depois do início da viagem, o CFE recebeu um telegrama de seu delegado no estado do Pará, Acilino Leão, informando que um casal de etnólogos estava escavando terrenos particulares na Ilha de Marajó e que havia entregado uma urna funerária ao diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, sem se saber ao certo se tinham autorização para tais escavações.<sup>9</sup> Em resposta a essa indagação, dona Heloísa escreveu um segundo ofício informando com pormenores as atividades realizadas pelo casal. Dizia que a maior parte das peças encontradas se destinavam ao Museu Nacional, exceto uma, a urna citada, encontrada em terras pertencentes a uma pessoa que fez questão de oferecê-la ao Museu Goeldi.

Quando viajaram ao Pará, os pesquisadores foram recepcionados pelo diretor do Museu Emílio Goeldi na época, Inocêncio Machado Coelho, que lhes deu as boas-vindas. Sem muito tempo para ajudá-los pessoalmente, Machado Coelho autorizou que examinassem e fotografassem as coleções conservadas no museu e concedeu-lhes espaço para analisar os fragmentos reunidos durante as viagens de campo. Muitos nomes aparecem como colaboradores nessa incursão. Em Belém, contaram com a ajuda de brasileiros e estrangeiros; quando foram ao interior do estado, passaram a ser ajudados pelos habitantes locais, que tiveram grande importância para a expedição.

Permaneceram guardadas no Museu Nacional do Rio de Janeiro 78 caixas de fragmentos cerâmicos entregues à instituição por Meggers e Evans, no entanto, não

havia muitas informações sobre esses conjuntos de fragmentos nos registros do museu.<sup>10</sup> Com auxílio dos diários de campo redigidos por Betty Meggers<sup>11</sup> foi possível complementar algumas informações sobre as coleções guardadas neste museu, como a proveniência dos fragmentos, que em alguns conjuntos eram identificados apenas pelos códigos descritos nos diários de campo. Além da Ilha de Marajó, esses conjuntos são representativos de sítios da Ilha de Caviana, Ilha de Mexiana e do Território do Amapá.<sup>12</sup>

Nem todos os conjuntos possuíam fichas com códigos identificadores ou quaisquer outras referências. Praticamente não há peças inteiras na coleção do Museu Nacional (com exceção de um prato de cerâmica restaurado e um muiraquitã), e o relatório da análise técnica dos fragmentos, mencionado em um dos ofícios escritos por Heloísa Alberto Torres,<sup>13</sup> não pôde ser localizado no arquivo do museu.

De acordo com os registros da expedição de Meggers e Evans no CFE, todos os artefatos coletados teriam ficado no Museu Nacional, mas há também uma grande quantidade de fragmentos e objetos de cerâmica no Museu Paraense Emílio Goeldi e no Instituto Smithsonian. Quanto à coleção que foi para o Smithsonian, não existem registros sobre a saída desses materiais do Brasil.

O trabalho desenvolvido por Meggers e Evans a partir desses conjuntos de fragmentos foi fortemente influenciado pelas teorias desenvolvidas pelo antropólogo Julian Steward. Essa linha teórica se baseava no conceito de ecologia cultural, que considera a influência do meio ambiente como o principal aspecto definidor das formas de adaptação e das mudanças culturais nas sociedades pré-coloniais da América Latina. Steward construiu toda uma conceitualização em torno da ideia de “cultura da floresta tropical”, que representaria o sistema de subsistência baseado no cultivo de raízes tropicais (principalmente a mandioca) pelo método de queima da floresta, incluindo também a produção de cerâmica e a habitação de aldeias autônomas. Os fragmentos e peças de cerâmica remanescentes do período pré-colonial seriam então entendidos como “a representação material do comportamento social e cultural das sociedades que os produziram”, e, para construir interpretações sobre essas sociedades, tal linha teórica explorou profundamente a relação entre cultura e meio ambiente.<sup>14</sup>

As técnicas e metodologias de campo adotadas por Meggers e Evans seguiam essa linha teórica, utilizando ferramentas como a “escavação estratigráfica, análise tipológica e quantitativa dos restos cerâmicos, a seriação, a definição de sequências

culturais no tempo e no espaço divididas didaticamente em ‘fases’, o estudo dos padrões de assentamento” e, ainda, baseando-se em explicações ecológicas (muito próximas a um determinismo ambiental) para elucidar o desenvolvimento cultural na região.<sup>15</sup> Os modelos construídos a partir dessa linha de pensamento estabeleceram uma perspectiva que colocou a Amazônia em um contexto periférico nas narrativas pré-coloniais sobre a América do Sul, evidenciando muito mais a ausência do que a presença de marcadores culturais.<sup>16</sup>

Por isso as coleções de fragmentos coletadas por Meggers e Evans e depositadas em museus brasileiros são tão extensas, e foram separadas seguindo essa classificação por “fases”. Mais tarde essa classificação foi adotada também pelo arqueólogo brasileiro Mário Simões, que deu continuidade ao trabalho iniciado por Meggers e Evans no Museu Paraense Emílio Goeldi. Com o passar dos anos, as coleções do Museu Nacional perderam parte de suas referências e praticamente não foram mais utilizadas em outras pesquisas naquela instituição, diferente das coleções que ficaram no Museu Paraense Emílio Goeldi.



Figura 1: Fragmentos – Ilha de Caviana, C-8/Pacajá (63.492)

Fonte: Coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro<sup>17</sup>



Figura 2: Fragmentos – Ilha de Caviana, C-11/Vaquejador de São Sebastião (63.486)

Fonte: Coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro



Figura 3: *Excised* – Ilha de Marajó, J-14/Monte Carmelo e J-15/Camutins (63.343)

Fonte: Coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro



Figura 4: *Excised* – Ilha de Marajó, J-14 e J-15 (63.343)

Fonte: Coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro



Figura 5: Piçaca *incised* – Território do Amapá, A-1/Piçaca, A-2/Lauro, A-3/Piçaca Cemetery, A-4/Valintin, A-5/Cafezal (63.414)

Fonte: Coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro



Figura 6: Fragmentos – Ilha de Marajó, J-15/Camutins (63.499)

Fonte: Coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro

Em Belém, foi possível mapear as coleções entregues por Meggers e Evans ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Os registros consultados no CFE apontavam a existência de apenas uma urna funerária entregue pelo casal a esse museu, como

mencionado anteriormente. Essa urna foi encaminhada ao museu do Pará por determinação do proprietário da fazenda onde ela havia sido encontrada, e o restante das peças coletadas seria destinado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, de acordo com esses registros.<sup>18</sup>

Contudo, no acervo desta instituição foi possível encontrar conjuntos de fragmentos similares àqueles existentes no Museu Nacional, contando essa coleção também com algumas peças inteiras (vasos, urnas, tangas, entre outros objetos), além da urna funerária mencionada nos registros do CFE. O trabalho iniciado por Meggers e Evans continuou no Museu Paraense Emílio Goeldi por iniciativa do já citado Mário Simões, que adotou a mesma metodologia de classificação dos fragmentos. Graças ao seu trabalho, as coleções do museu paraense contam com mais referências, estudos, fichas catalográficas e também com restaurações de alguns conjuntos de fragmentos.

Meggers e Evans, e Simões posteriormente, não objetivavam formar coleções com apelo estético e sim reunir conjuntos capazes de estabelecer padrões culturais, temporais e de revelar pistas sobre os padrões de mobilidade de grupos indígenas pré-coloniais no território amazônico. De acordo com Rosa,<sup>19</sup> 90% dos fragmentos coletados pelo casal na Ilha de Marajó não apresentava qualquer tipo de decoração, mas a análise desses artefatos forneceu informações relevantes para interpretar o modo de vida daqueles grupos já extintos que haviam habitado a região. O material era associado a costumes cotidianos, permitindo inferir hábitos alimentares, práticas de cultivo de alimentos e de mobilidade no território, por exemplo.

Betty Meggers utilizou essas análises para concluir sua tese de doutorado na Universidade de Columbia, em 1952, intitulada *The archaeological sequence on Marajo Island, Brazil, with special reference to the Marajoara culture*, na qual aparece pela primeira vez a sequência cultural estabelecida por ela para explicar a ocupação antiga da Amazônia.

Trabalhos de campo e coleções foram e continuam sendo aspectos essenciais de disciplinas como Arqueologia e Etnologia, que se consolidaram transformando teórica e concretamente espaços, fragmentos de objetos, ossos e outros artefatos em áreas e objetos científicos, ainda guardados em acervos de museus diversos.<sup>20</sup>

Os artefatos levados para catalogação e guarda viajam dos respectivos campos para as instituições, e daí empreendem novas articulações para chegarem às publicações e catálogos. No caso de Betty Meggers, fragmentos de cerâmica transformados em

coleções adquiriam nacionalidades e temporalidades; saíram da floresta nas viagens de barco feitas pelo casal e se transformariam num conjunto de afirmações sobre os povos da floresta tropical, construindo os fundamentos dos saberes arqueológicos sobre a região. Essa coleção viraria referência científica e aproximaria a floresta da instituição, de certa forma. Um pequeno número de traços característicos é carregado neste processo. Reunir aquelas coleções de fragmentos tornou possível encontrar padrões que não se encontrariam na floresta, sem o auxílio de uma reserva técnica lotada de peças para comparar, referências bibliográficas e anotações de anos à disposição.

O que foi de fato coletado na floresta acaba sendo suplantado por uma visão ampla e comparativa, assim como aquelas coleções se transformariam também dentro dos museus. Vale ressaltar que trabalhar com tantos dados não é nada fácil. Chegar de uma expedição com baús de amostras arqueológicas passa pelo risco de transformar a sala de um museu em um nova parte da floresta, repleta de fragmentos aparentemente sem novos significados. “O mundo pode regredir à confusão em qualquer ponto deste deslocamento (...)”.<sup>21</sup> A produção do conhecimento vai derivar do movimento dessas peças de cerâmica – principalmente das reflexões produzidas em torno delas – e não somente da sua coleta. Suas trajetórias nos espaços de colecionismo lhes agregarão significados, como ressalta Alberti.<sup>22</sup> Os artefatos coletados seriam transformados em objetos fronteiriços, que ganhariam novos significados<sup>23</sup> e afiançariam os textos que resultaram daquela expedição de campo.



Figura 7: Fase marajoara (CT-254) – Ilha de Marajó

Fonte: Coleção do Museu Paraense Emílio Goeldi



Figura 8: Tanga – Ilha de Marajó (T-1580)  
Fonte: Coleção do Museu Paraense Emílio Goeldi



Figura 9: Fragmentos de vaso parcialmente restaurado – Mulatinho/Ilha de Mexiana (T-2643)  
Fonte: Coleção do Museu Paraense Emílio Goeldi



Figura 10: Fragmentos de tanga – Monte Carmelo/Ilha de Marajó (T-712)  
Fonte: Coleção do Museu Paraense Emílio Goeldi



Figura 11: Urna funerária antropomorfa – Rio Anajás/Ilha de Marajó (T-1561)

Fonte: Coleção do Museu Paraense Emílio Goeldi



Figura 12: Vaso Zoomorfo (com restauração) – Ilha de Mexiana (T-1590)

Fonte: Coleção do Museu Paraense Emílio Goeldi

Para produzir suas proposições teóricas, Betty Meggers ainda passaria anos analisando os objetos e dados que coletou com ajuda de Clifford Evans durante a expedição na Amazônia. Porém, o momento da coleta dessas fontes materiais formou experiências únicas a partir da visão sistêmica do local estudado, certamente

influenciando a imagem construída por Betty Meggers, que mais tarde caracterizaria a floresta como um “paraíso ilusório”. Influenciada pelas concepções da ecologia cultural, suas observações a levaram a concluir que a Amazônia possuía uma natureza exuberante e, em consequência, um solo pobre para a agricultura, o que influía diretamente na transitoriedade de seus habitantes, como forma de garantir a sobrevivência.<sup>24</sup>

Entre 1952 e 1957, Meggers e Evans realizaram pesquisas de campo também na Guiana, no Equador e na Venezuela. Mais tarde, em 1967, retornariam ao Brasil com apoio do antropólogo José Loureiro Fernandes, à época coordenador do Centro de Ensino e Pesquisa em Arqueologia da Universidade Federal do Paraná, para ajudar a fundar o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), implementado entre 1965 e 1970 no Brasil. Para atender a demanda específica por pesquisas arqueológicas na região amazônica, foi desenvolvido também nesse contexto o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (Pronapaba), idealizado por Mário Simões e coordenado por Meggers e Evans. Entre as décadas de 1930 e 1960 essa ideia de “projetos” remetia a grupos de referência, já que cada um deles se ligava a pessoas específicas, à influência de determinados autores, à instituição que os abrigava ou à região onde era realizado.<sup>25</sup> É o que demonstra o caso de Betty Meggers e Clifford Evans, com a continuidade de relações e estudos que estabeleceram no Brasil a partir da participação e do incentivo a esses projetos.

<sup>1</sup> BARRETO, Cristiana. “A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo, nº 44, Dez./Jan. 2000, p. 32-51.

<sup>2</sup> NETTO, Ladislau. “Investigação sobre a arqueologia brasileira”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 6, 1885, p. 257-553.

<sup>3</sup> IHERING, Herman von. “Archeologia comparativa do Brasil”. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 6, 1904, p. 519-580.

<sup>4</sup> BARRETO, Cristiana. Op. cit., p. 38.

<sup>5</sup> BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Coleções e sítios arqueológicos musealizados: desafios para gestão e socialização do patrimônio”. In: MENDONÇA, Elizabete de Castro (Org.). *Museologia, musealização e coleções: conexões para reflexões sobre o patrimônio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Unirio/Escola de Museologia, 2016, p. 149-156.

<sup>6</sup> NEVES, Eduardo Góes. “O velho e o novo na arqueologia amazônica”. *Revista USP*, São Paulo, nº 44, dez./fev. 1999-2000, p. 86-111.

<sup>7</sup> Tratava-se de um órgão federal criado em 1933, durante o governo Vargas, com o intuito de fiscalizar e licenciar expedições estrangeiras no território nacional, e também de exigir a entrega de duplicatas das coleções reunidas por esses pesquisadores às instituições nacionais. O CFE foi extinto em 1968, quando as funções que exercia passaram à responsabilidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

---

<sup>8</sup> ACERVO MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Dossiê CFE.T.2.251, documento 1101 (22/06/1948), Museu de Astronomia e Ciências Afins (Rio de Janeiro).

<sup>9</sup> Ibidem, documento 1103.

<sup>10</sup> A pesquisa realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro, base deste artigo, se deu antes do trágico incêndio que atingiu a instituição, em 2 de setembro de 2018, destruindo a maior parte de seu acervo. A reserva técnica de Arqueologia foi atingida pelo fogo, e é provável que a maior parte dessa coleção tenha se perdido. Trabalhos de busca e recuperação ainda estão em curso, e mantemos a esperança de que algo possa ser encontrado. Permanece aqui um pequeno registro fotográfico e descritivo do que era esse conjunto e de todo o potencial de pesquisa que ainda existia naquela instituição.

<sup>11</sup> ACERVO MUSEU NATURAL DO INSTITUTO SMITHSONIAN. *Journal of Lower Amazon Expedition*. vol. 1-4, Museu de História Natural do Instituto Smithsonian (Washington/DC).

<sup>12</sup> Os códigos seguem a tipologia: J-1, J-2, J-3 (prossequindo a numeração) para locais na Ilha de Marajó; C-1, C-2, C-3 para Ilha de Caviana; M-1, M-2, M-3 para Ilha de Mexiana; e A-1, A-2, A-3 para o território do Amapá.

<sup>13</sup> ACERVO MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, Op. cit.

<sup>14</sup> ROSA, Cassia Santos. *Ilusão e paraíso: história e Arqueologia na Amazônia (1948-1965)*. Dissertação de mestrado em História. Belém: Universidade Federal do Pará, 2008, 112 f. p. 47-48.

<sup>15</sup> ROSA, Cassia Santos. Op. cit., p. 48.

<sup>16</sup> NEVES, Eduardo Góes. Op. cit.

<sup>17</sup> Entre parênteses estão os números de tomo utilizados por cada museu consultado.

<sup>18</sup> ACERVO MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Op. cit.

<sup>19</sup> ROSA, Cassia Santos. Op. cit., p. 49.

<sup>20</sup> LOPES, Maria Margaret e BARBUY, Heloisa. “Introdução”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 21, 2013, p. 11-13.

<sup>21</sup> LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc, 2001. p. 55.

<sup>22</sup> ALBERTI, Samuel J. M. M. “Objects and the Museum”. *Isis*, Indiana, nº 96, 2005, p. 559-571.

<sup>23</sup> STAR, Susan L. e GRIESEMER, James R. “Institutional ecology, ‘translations’ and boundary objects: Amateurs and Professionals in Berkeley’s Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39”. *Social Studies of Science*, SAGE London, Newbury Park and New Delhi, vol. 19, nº 3, 1989, p. 387-420.

<sup>24</sup> MEGGERS, Betty. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.

<sup>25</sup> CORRÊA, Mariza. *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Unicamp, 2013.